

AGOSTO 2020

RADAR SOCIOAMBIENTAL

ENTREVISTA COM
LICIO CAETANO



PLATAFORMA
SOCIOAMBIENTAL

Autoras: Beatriz Mattos, Carolina Alves,
Maria Beatriz Peixoto Mello, Priscilla Papagiannis
Plataforma Socioambiental

SOBRE A PLATAFORMA SOCIOAMBIENTAL

A Plataforma Socioambiental é um programa desenvolvido pelo Brics Policy Center (BPC), o Centro de Estudos e Pesquisas BRICS, do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio. É um espaço de aprendizagem e troca de conhecimento cujos projetos se dedicam à pesquisa e à promoção de debates e diálogos entre diferentes setores acerca de temas como mudanças climáticas, modelo de desenvolvimento e desigualdades, bancos de desenvolvimento e salvaguardas, entre outros.

RADAR SOCIOAMBIENTAL

O Radar Socioambiental é uma publicação mensal da Plataforma Socioambiental cujo foco é discutir assuntos importantes para a temática socioambiental nos âmbitos doméstico e internacional. Em sua 37ª edição, o Radar Socioambiental apresenta fragmentos da entrevista realizada com Licio Caetano do Rego Monteiro, Professor Adjunto de Geografia Humana do Departamento de Geografia e Políticas Públicas da Universidade Federal Fluminense, do Instituto de Educação de Angra dos Reis (UFF/IEAR) e Mestre e Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A entrevista, que ocorreu em julho de 2020 e foi conduzida pela Equipe da Plataforma Socioambiental, aborda questões como as políticas ambientais brasileiras e o Conselho da Amazônia. Para escutar a entrevista na íntegra, é só acessar o Meio Descomplicado, o Podcast da Plataforma Socioambiental.

AS POLÍTICAS AMBIENTAIS BRASILEIRAS

Plataforma Socioambiental (Beatriz): Antes de começarmos a falar especificamente sobre o Conselho da Amazônia, penso que vale a pena refletirmos sobre as políticas ambientais brasileiras de maneira mais abrangente. E o que temos percebido ao longo dos últimos meses é que, por um lado, há uma tendência à redução do papel de órgãos ambientais de caráter técnico - como é o caso do IBAMA e do ICMBio - e, por outro, ao aumento da presença das forças militares na Amazônia. Qual a sua percepção em relação a esse quadro?

Licio Caetano: Podemos responder à essa pergunta em duas partes. Primeiro, levando em conta um arco temporal mais extenso, de pelo menos 3 décadas, e depois passando para esse momento mais recente. Há cerca de 30 ou 35 anos, a Amazônia se tornou um símbolo da preservação do meio ambiente em nível global e, desde então, a resposta institucional do Brasil em relação ao controle do desmatamento e à proteção da biodiversidade passou a ter uma importância muito significativa, tanto na agenda política nacional quanto na maneira como o Brasil é visto no exterior.

Nesse período, o estado brasileiro consolidou a sua legislação ambiental, criou instituições como o IBAMA, inaugurado em 1989, promoveu a Rio-92, instituiu Unidades de Conservação dos Parques Nacionais - principalmente na região amazônica -, desenvolveu tecnologias de monitoramento de queimadas e, no plano da política externa, assumiu protagonismo nos principais debates internacionais sobre meio ambiente. Paralelamente, as Forças Armadas também se viram diante da necessidade de um reposicionamento institucional em meio ao novo contexto democrático.





Licio Caetano: Desde 85, quando a ditadura acabou, lançou-se a questão sobre o papel dos militares brasileiros em uma democracia. Ao saírem do governo central, em meados dos anos 80, a Amazônia aparece como uma região símbolo. É nessa época, por exemplo, que temos o Projeto Calha Norte, lançado em 1986, levando à criação de organizações militares na Amazônia. Em 20 anos, o efetivo militar na região foi multiplicado por 4, dando um salto de 6 mil para 25 mil homens, com os pelotões de fronteira e a transferência de organizações militares do Sul e do Sudeste para a Amazônia.

E por que que a Amazônia é tão importante nesse discurso sobre a legitimidade das forças armadas em um contexto democrático? Porque Amazônia é o lugar onde se coloca em xeque a soberania territorial do Brasil. É também nesse momento de transição dos anos 80 para os 90, com o fim da Guerra Fria, que se estabelece uma nova agenda na política internacional, em que a questão ambiental está muito presente. A Amazônia é importante pela questão ambiental, pela questão dos indígenas, pela questão do tráfico de drogas - em que os vizinhos brasileiros, principalmente, na região andino amazônica têm um papel relevante. Esses pontos começam a ser incorporados no discurso sobre o papel dos militares.

As preocupações ambientais crescentes acabam sendo associadas à uma visão antiga, advinda dos tempos coloniais, sobre a cobiça internacional pela Amazônia. Essa ideia vai ser acoplada à uma concepção mais moderna, que remete aos anos 90, sobre a questão da ingerência externa. Observa-se, a partir daí, alertas sobre a chamada “ameaça de internacionalização da Amazônia”, fundamentada na ideia que a Amazônia seria um patrimônio da humanidade - o que é correto pensar, no plano abstrato, mas sem questionar a soberania territorial brasileira e dos países vizinhos - e na noção equivocada e muito difundida de que a Amazônia seria



Licio Caetano: ... o "pulmão da Terra". Nesse sentido, vejo que as preocupações ambientais passaram a ser facilmente identificadas como uma ideia globalista, como se os valores do meio ambiente global estivessem acima da questão nacional. Isso incomoda muito os militares e foi um dos motivos que reforçou o entendimento acerca da necessidade de reforço de sua presença territorial na Amazônia.

A partir desse arco temporal mais amplo, podemos pensar nos tempos recentes. O que acontece nos últimos anos? Essa arquitetura institucional voltada para a preservação do meio ambiente começa a ser enfraquecida, ou até mesmo a ser desmontada, com cortes de verbas, perda de poderes e autonomia, afrouxamento de algumas leis e do que o Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, repetia naquela fatídica reunião, ou seja, o arcabouço infralegal. Nesse sentido, portarias, normas e procedimentos vão se tornando mais permissivos, ao passo em que a atuação das instituições ligadas ao meio ambiente, como o IBAMA e o ICMBio, é esvaziada.

Essas instituições estão sendo desempoderadas, ofuscadas, estão perdendo prestígio e autonomia e, no limite, estão sendo colocadas como inimigas do desenvolvimento e como expressão de uma "ideologia ambientalista" [1]. Isso se acentua e ganha centralidade no governo Bolsonaro, nos discursos do Paulo Guedes, da Tereza Cristina e do Ricardo Salles.

Isso dá conta da redução do papel do IBAMA. Mas, e os militares? Os militares, ao contrário, vão aumentando sua participação no governo. Desde o ano passado, quando se teve a crise das queimadas e o fatídico Dia do Fogo, os militares assumiram posição central no combate ao desmatamento com a operação de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), batizada como Operação Verde Brasil.



“ Este ano, houve uma antecipação e foi decretada uma GLO preventiva, coincidindo com o início do período seco na Amazônia, quando se iniciam as queimadas. Mas isso funciona em uma dimensão repressiva insuficiente. Precisamos entender o problema das queimadas, do desmatamento, da degradação ambiental como um problema mais integrado. ”

Licio Caetano: Este ano, houve uma antecipação e foi decretada uma GLO preventiva, coincidindo com o início do período seco na Amazônia, quando se iniciam as queimadas. Mas isso funciona em uma dimensão repressiva insuficiente.

Precisamos entender o problema das queimadas, do desmatamento, da degradação ambiental como um problema mais integrado. Por exemplo, desde o ano passado, foi instituído um sistema eletrônico de multas e audiências de conciliação para reduzir ou anular as multas ambientais aplicadas periodicamente aos infratores ambientais na Amazônia. No Brasil, esse sistema foi reformulado mas acabou não funcionando, já que as audiências não aconteceram, resultando, na prática, em maior impunidade.

Com a impunidade reforçada, você acaba tendo menos condição de fazer o trabalho de repressão. Hamilton Mourão declarou: “não vamos permitir que as ilegalidades prosperem.”

“ *Essa forma de acabar com as ilegalidades premiando os infratores é muito controversa.* ”

Licio Caetano: Mas, ao mesmo tempo, o Secretário de Assuntos Fundiários, Nabhan Garcia, conhecido pela criação de milícias de fazendeiros, tenta emplacar uma medida provisória para legalizar grandes parcelas de terra desmatadas ilegalmente sem vistoria alguma, em um processo de regularização fundiária. Essa forma de acabar com as ilegalidades premiando os infratores é muito controversa.

Resumindo: em um espectro temporal mais amplo, houve um aumento da presença militar na Amazônia e, ao mesmo tempo, a construção de um aparato de política ambiental. E isso se cruzou em alguns aspectos. Os militares também participaram da proteção da Amazônia. Temos como exemplo o Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM), sob a alçada da Força Aérea, lançado no início dos anos 90 e que entra em ação nos anos 2000 tendo como uma de suas finalidades o monitoramento de ilícitos ambientais. Enquanto as Forças Armadas atuavam e os órgãos ambientais se consolidavam e operavam de forma paralela, tudo bem, mas agora a balança está bem desequilibrada: os militares sobem e inflacionam sua importância na agenda ambiental e na Amazônia, enquanto os órgãos ambientais são rebaixados e têm a sua autonomia retirada.

“ Enquanto as Forças Armadas atuavam e os órgãos ambientais se consolidavam e operavam de forma paralela, tudo bem, mas agora a balança está bem desequilibrada: os militares sobem e inflacionam sua importância na agenda ambiental e na Amazônia, enquanto os órgãos ambientais são rebaixados e têm a sua autonomia retirada. ”

GARANTIA DA LEI E DA ORDEM E A SECURITIZAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

Plataforma Socioambiental (Maria Beatriz): O que que você pensa a respeito da efetividade da Garantia da Lei e da Ordem (GLO) na Amazônia? Você acredita que a securitização do meio ambiente – ou seja, a ideia de que o meio ambiente é uma questão de segurança – é um movimento que veio para ficar ou seria algo pontual?

Licio Caetano: Essa é uma pergunta importante. A GLO ganhou uma proeminência muito grande, tanto no ano passado, como uma resposta à situação das queimadas, quanto nesse ano, em que foi instituída de maneira preventiva. Podemos pensar na sua efetividade de duas formas distintas: na efetividade prática e na efetividade simbólica. Eu acho que na prática, a GLO tem pouca ou nenhuma efetividade, comparada ao que os próprios órgãos ambientais poderiam fazer em suas atribuições normais, com apoio institucional.

Licio Caetano: Em primeiro lugar, porque a GLO inibe a autonomia e a expertise das instituições que atuam, monitoram e reprimem as irregularidades, no caso, particularmente do IBAMA e do ICMBio que passaram a estar, nesse momento da GLO, subordinados ao comando das Forças Armadas. O exército, particularmente, passou a conduzir as ações, mesmo não tendo expertise. Algumas reportagens recentes dão conta de como os agentes ambientais têm contestado a forma como grandes desmatadores estão sendo aliviados. As operações às vezes acontecem de maneira a chamar mais atenção do que deveriam, o que permite que infratores fujam. As práticas de queima dos instrumentos do garimpo, por exemplo, foram proibidas, o que acaba facilitando que as ações dos infratores se repitam. Então, nesse sentido, a GLO é pouco efetiva. Em outro sentido, as operações de GLO são muito custosas.

“Podemos pensar na sua efetividade de duas formas distintas: na efetividade prática e na efetividade simbólica. Eu acho que na prática, a GLO tem pouca efetividade, eu diria até que a sua efetividade seria nula. Em primeiro lugar, porque inibe a autonomia e a expertise das instituições que atuam, monitoram e reprimem as irregularidades, no caso, particularmente do IBAMA e do ICMBio que passaram a estar, nesse momento da GLO, subordinados ao comando das Forças Armadas.”





Licio Caetano: Então também se chama a atenção para o fato de que as verbas investidas nos órgãos ambientais, que têm a expertise e função institucional, teriam muito mais eficácia. Ao longo prazo, vemos a descontinuidade de certos processos que poderiam amadurecer e se tornar mais sustentados. Os números nos mostram que as ações empreendidas em meio à GLO têm sido bastante inócuas. Observa-se um recorde de desmatamento, a suspensão das multas, a atuação continuada dos infratores... Os números de desmatamento nos meses de abril, maio, junho foram muito altos quando comparados à série histórica.

Mas aí retornamos à questão da eficácia simbólica. Pode-se ter um resultado pouco efetivo e, ainda assim, a vinculação de vídeos das ações de combate ao desmatamento criam uma imagem diferente. As imagens tiveram um papel muito relevante no ano passado, durante o período de queimadas, com os animais fugindo do fogo. Tem-se então um efeito significativo na opinião pública quando se divulga as imagens dos militares atuando na linha de frente. Há também o recurso de inibir a divulgação de outras imagens, reforçando determinada narrativa.

“ Os números nos mostram que as ações empreendidas em meio à GLO têm sido bastante inócuas. Observa-se um recorde de desmatamento, a suspensão das multas, a atuação continuada dos infratores... Os números de desmatamento nos meses de abril, maio, junho foram muito altos quando comparados à série histórica. ”

Licio Caetano: Isso pode ter efeito da opinião pública no país, reforçando a ideia de que os militares estão entrando em cena para combater o desmatamento e os problemas ambientais na Amazônia. Mas creio que há uma maior dificuldade de emplacar essa narrativa frente à opinião pública externa.

A banalização do recurso excepcional à GLO, em que se utiliza as Forças Armadas para uma função – que diz respeito à função das Forças Armadas, mas que não é a sua função prioritária –, aliado à perda de importância de órgãos ambientais pode levar à redução da credibilidade do Estado brasileiro. Cria-se uma desconfiança em relação aos dados, que tende a ser negativa. Estamos observando isso em meio à situação da pandemia, em que as pessoas passam a desconfiar dos dados. Nesse sentido, se o governo silenciar, ou seja, negar que existe desmatamento, as pessoas vão continuar sabendo que a prática ocorre, visto que existem outras formas de monitoramento. Mas o governo pode também modificar os critérios de quantificação, pode se eximir da responsabilidade... São várias as formas de se “resolver” o problema, em termos de narrativa, de impacto simbólico, sem que o problema do desmatamento seja resolvido de forma efetiva na prática.

“A banalização do recurso excepcional à GLO, em que se utiliza as Forças Armadas para uma função - que diz respeito à função das Forças Armadas, mas que não é a sua função prioritária -, aliado à perda de importância de órgãos ambientais pode levar à redução da credibilidade do Estado brasileiro.”



Licio Caetano: Ano passado, nós tivemos uma repercussão internacional negativa após o chamado Dia do Fogo. Como resultado, decretaram a GLO. Nesse ano, mesmo com a antecipação da GLO, acredito que o resultado não será positivo. Essa questão afeta o prestígio internacional do Brasil.

Nos últimos 30 anos, o Brasil se consolidou como um importante ator no debate internacional sobre meio ambiente. Esse prestígio tem sido erodido de forma rápida com o Ministério do Meio Ambiente tal como está hoje, com o negacionismo levado pelo Ministério das Relações Exteriores para a arena internacional, surpreendendo a comunidade internacional. Isso afeta também os negócios, afeta os fundos financeiros que financiam, justamente, as ações de proteção ambiental. O que condiciona os investimentos desses fundos no país é a garantia de proteção ao meio ambiente. Então, isso tem afetado aqueles compradores, os importadores dos produtos do agronegócio brasileiro, que se recusam a se vincular ao desmatamento da Amazônia.

“Nos últimos 30 anos, o Brasil se consolidou como um importante ator no debate internacional sobre meio ambiente. Esse prestígio tem sido erodido de forma rápida com o Ministério do Meio Ambiente tal como está hoje, com o negacionismo levado pelo Ministério das Relações Exteriores para a arena internacional, surpreendendo a comunidade internacional.”



Licio Caetano: O problema é que, de certa forma, vários atores políticos dentro do governo, inclusive os militares, parecem não compreender o problema do desmatamento e da ameaça à biodiversidade como um problema real, mas como um problema de imagem. É muito difícil o governo construir uma política séria e efetiva, ao mesmo tempo em que constrói aliança com todos aqueles atores que se aproveitam das ilegalidades, que se beneficiam do desmatamento, que incentivam o garimpo ilegal na Amazônia. Acredito que esses atores compartilham de uma certa identidade com o governo, e não são vistos como um problema. Eles são um problema apenas no momento em que atrapalham a imagem internacional do Brasil.

“O problema é que [...] vários atores políticos dentro do governo, inclusive os militares, parecem não compreender o problema do desmatamento e da ameaça à biodiversidade como um problema real, mas como um problema de imagem. É muito difícil o governo construir uma política séria e efetiva, ao mesmo tempo em que constrói aliança com todos aqueles atores que se aproveitam das ilegalidades, que se beneficiam do desmatamento, que incentivam o garimpo ilegal na Amazônia. Acredito que esses atores compartilham de uma certa identidade com o governo, e não são vistos como um problema. Eles são um problema apenas no momento em que atrapalham a imagem internacional do Brasil.



Licio Caetano: Agora nessa relação, o Ministro do Meio Ambiente tem também um papel. O Ministro Ricardo Salles está perdendo prestígio e credibilidade e pode ser descartado. Mas ele serve também como um contraponto aos militares, que passam a ser vistos como atores responsáveis, racionais e interlocutores tanto na esfera internacional, quanto na esfera doméstica, no que diz respeito à relação com os empresários.

A segunda pergunta diz respeito à questão da securitização do meio ambiente, se esse movimento chegou para ficar ou se seria algo pontual. Quando falamos em securitização, temos que pensar sobre como algo que se torna um problema de segurança. Nas Relações Internacionais, existe uma formulação sofisticada do conceito de securitização, trazido pela Escola de Copenhague, em que os autores Barry Buzan e Ole Waever colocam a securitização, de forma sintética, como um ato discursivo que possibilita um entendimento intersubjetivo de algo como uma ameaça, no âmbito de uma comunidade política. Isso vai permitir a adoção de medidas urgentes, de medidas excepcionais, para lidar com a ameaça e para que o objeto referente que está sendo ameaçado seja protegido.

Nesse sentido, privar o Estado de explorar seus recursos naturais pode ser visto como uma forma de ameaçar sua existência. Porém, como falamos, as discussões sobre o meio ambiente vão ganhar força no contexto de pós- Guerra Fria, momento em que se nota também outros objetos de referência para além do Estado. Por exemplo, o aquecimento global, a perda da biodiversidade, a questão da camada de ozônio, tudo isso afetaria a humanidade e o planeta como um todo e ultrapassa as fronteiras do Estado Nacional. A degradação ambiental afeta também as populações tradicionais, os ribeirinhos e as formas de reprodução da vida social e cultural desses povos, inclusive dos povos indígenas.



Licio Caetano: Há, portanto, outros atores que são chamados a tratar da questão do meio ambiente e que estão para além do Estado. Eu diria que essa securitização do meio ambiente começa lá atrás, quando o tema ganha importância internacional, nos anos 70 e 80. Em um certo sentido, começou a se falar em guerras por recursos, guerras pela água, em um contexto de escassez relativa ou absoluta... entendia-se que as disputas pelos recursos naturais seriam cada vez mais frequentes. Isso acabou não acontecendo, foi um cenário superestimado.

Em outro sentido, notamos um movimento securitizador distinto, em que as ameaças ao meio ambiente global nos trazem consciência sobre os limites ecológicos, o problema do aquecimento global, a noção de que o que se passa em um país afetaria todos os demais. Logo, a soberania sobre o que se faz dentro do território nacional, a forma como se gerencia os recursos naturais não seria absoluta. Então voltamos para aquela questão da ingerência externa, que vai ser muito cara aos militares brasileiros.

Esse discurso ambientalista global acaba gerando pressões internacionais para o Brasil. Pressões que teriam de ser tratadas na esfera da diplomacia mas também na esfera da presença militar no território, o que marcaria uma soberania efetiva sobre os recursos naturais no Brasil. Nesse sentido, eu vejo que a securitização do meio ambiente foi apropriada para constituir um discurso que alavanca o papel dos militares no contexto democrático. Ano passado, por exemplo, tivemos o discurso do presidente da França sobre as queimadas, dizendo que o Brasil não pode fazer o que bem entende no seu próprio território. Isso, de certa forma, acaba alimentando esse entendimento de que as Forças Armadas são as representantes da soberania e não vão aceitar nenhum tipo de ingerência externa. Tivemos outras figuras internacionais como o François Mitterand e o Al Gore que também reproduziram essa ideia de que o Brasil não pode



Licio Caetano: ... fazer o que quiser com a Amazônia. Isso, de certa forma, reforça junto aos militares um sentimento de que eles têm que garantir a soberania, custe o que custar, frente à essas pressões, que seriam "pressões coloniais". Esse termo de "pressão colonial" cai como uma luva para justificar a ideia de que confrontar medidas de proteção ao meio ambiente seria uma forma de garantir a soberania territorial do país [2].

Plataforma Socioambiental (Beatriz): Aproveitando esse gancho com a questão conceitual da securitização, acredito que uma questão chave diz respeito ao objeto de referência, como você mencionou. Quando olhamos para os discursos que colocam o meio ambiente como uma questão de segurança, notamos que a comunidade internacional tende a colocar como objeto de referência, ou seja, como sujeito a ser protegido, a natureza, o planeta Terra, a biosfera, esses que seriam os atores ameaçados pela mudança climática, pela degradação ambiental e pela ação humana. Quando olhamos para o discurso do Governo Federal, percebemos que o que se coloca como objeto referente é a soberania nacional.

Nesse sentido, o que ameaça a soberania nacional não são as queimadas, o desmatamento, a mudança climática, mas o risco de intervenção externa. Ou seja, dentro dessa lógica, o meio ambiente deixa de ser objeto a ser protegido e se torna uma ameaça à soberania nacional. Digo isso apenas como reflexão sobre a securitização, considerando que esses autores vão defender que a agenda de segurança é, no final das contas, uma agenda política, construída a partir de uma disputa de narrativas, de uma disputa de poder...

Licio Caetano: Há aí uma controvérsia que tem a ver com o limite dessa formulação da teoria da securitização. Ao securitizar uma questão, você acaba retirando-a da esfera política, do debate público, onde se costuma ouvir diferentes atores. Ao securitizar uma questão, você acaba inflacionando



Licio Caetano: ... o peso da resposta militar, da resposta repressiva, ou seja, das medidas excepcionais que precisam ser tomadas em caráter de urgência para lidar com aquela ameaça. A maneira como isso é interpretado pelo governo pode levar, justamente, ao encerramento do debate ambiental, que é muito mais complexo do que a mera questão de ingerência externa. Pode acabar silenciando outros atores, de modo que a temática ambiental seja colocada em uma esfera quase que secreta, como um assunto dos militares, como um tema afastado do debate político, impossibilitando que a sociedade se manifeste. Penso que esse é um problema. Um problema que tem a ver com a maneira como pensamos a securitização.

Esse diálogo não se dá, necessariamente, em termos racionais. O entendimento intersubjetivo é muito comprometido pelas diferentes maneiras como o problema é visto. Há o discurso que alguns gostam de chamar de ideológico, como se pensar o meio ambiente fosse uma questão da ideologia ambientalista, de impedir o desenvolvimento, de proibir o país de se desenvolver. Sem falar na questão das fake news, quando se difundiu que as queimadas estavam sendo feitas por ONGs, assim como o derramamento de petróleo na costa do Nordeste tinha sido causado por um navio do Greenpeace, o que é absurdo. Você começa a ver que esse entendimento intersubjetivo acaba ficando totalmente enviesado por causa de uma série de atravessamentos, de falsas questões que são colocadas e que acabam corrompendo a possibilidade de tratarmos isso a partir de sua complexidade, num debate público maduro.

“ Ao securitizar uma questão, você acaba retirando-a da esfera política, do debate público, onde se costuma ouvir diferentes atores. ”

O CONSELHO DA AMAZÔNIA

Plataforma Socioambiental (Carolina): Essa pergunta vai na linha de vários pontos que você mencionou ao longo da sua fala. Nesse ano, observamos a reativação do Conselho da Amazônia pelo Governo Federal, acompanhada do silenciamento de vários atores importantes como os órgãos técnicos e os representantes dos Estados amazônicos. Qual a sua percepção acerca do Conselho da Amazônia, considerando a sua estrutura atual e as suas expectativas para o seu funcionamento?

Licio Caetano: No início do governo Fernando Henrique Cardoso, houve a tentativa de criar um Conselho da Amazônia Legal. Na época, a ideia não teve muita repercussão e caiu no esquecimento, mas agora foi resgatada. Em meio a esse processo [de criação do Conselho], houve uma centralização da figura do Hamilton Mourão, o Vice-Presidente da República. O Conselho expressa, na sua composição, uma visão muito restrita do governo acerca do que seria a Amazônia, uma visão muito restrita sobre participação, sobre a necessidade de se ouvir uma diversidade de vozes.

Nota-se uma sobrerrepresentação dos militares entre aqueles que compõem o Conselho, e entre aqueles que compõem o governo. Quais são as grandes ausências notadas nesse conselho? Não há participação de representantes das unidades federativas, dos estados, nota-se a ausência dos órgãos ambientais, como o IBAMA e o ICMBio, e da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), afinal a região amazônica é onde se tem a maior presença de povos indígenas e de terras indígenas no Brasil. A própria sociedade civil também não está representada no Conselho, as universidades, as organizações não governamentais (ONGs) sérias, as organizações do movimento social.

“ Na estrutura atual do Conselho [da Amazônia], a decisão final é sempre a do presidente do Conselho, o vice-presidente Mourão. Eu acredito que isso tenha uma função. Não promover um debate é uma forma de silenciar vozes dissonantes, vozes minoritárias que poderiam de alguma forma interferir na decisão final. ”

Licio Caetano: No governo atual, esses atores estão completamente ausentes, o que implica em um reducionismo do próprio debate. O que poderia haver é um debate mais diverso, em que diversas vozes pudessem ser ouvidas. Na estrutura atual do Conselho, a decisão final é sempre a do presidente do Conselho, o vice-presidente Mourão. Eu acredito que isso tenha uma função. Não promover um debate é uma forma de silenciar vozes dissonantes, vozes minoritárias que poderiam de alguma forma interferir na decisão final.

E, no limite, a própria circulação das informações vai ficando cada vez mais restrita. Nesse sentido, o Conselho não tem o objetivo de produzir um debate sobre temas como a questão ambiental, a questão dos direitos das populações indígenas, dos direitos dos povos tradicionais na Amazônia, das formas de desenvolvimento agroecológico, de formas alternativas de pensar o desenvolvimento, de pensar a vida social e cultural nessa região, que é extremamente rica.

Licio Caetano: Ao excluir esses atores, essas questões não se tornam nem mesmo objeto de debate. Como resultado, acaba-se inflacionando uma certa visão compartilhada pelos militares, pela instituição das Forças Armadas e pelo governo, que é pensar a Amazônia como uma área que demanda a afirmação contundente do componente militar, uma área de expansão do agronegócio, da mineração, que eles consideram como garantidores do Produto Interno Bruto (PIB) e das exportações do Brasil.

Então, de certa forma, há uma composição de interesses econômicos ali. De um lado, esses agentes econômicos têm uma visão de desenvolvimento na Amazônia que é bastante extrativista e que traz à reboque a degradação ambiental e, de outro, uma visão de controle do território e da população, controle esse que garante esse modelo de desenvolvimento. Nessa visão de desenvolvimento, que remete ao períodos dos anos 1970, a abertura de estradas e a construção hidrelétricas se mostram como símbolo de desenvolvimento e da apropriação do território. Não se considera o problema ambiental e as diferentes formas de desigualdades que são reproduzidas a partir dessa lógica de exploração dos recursos.

“ Ao excluir esses atores, essas questões não se tornam nem mesmo objeto de debate. [...] Acaba-se inflacionando uma certa visão compartilhada pelos militares, pela instituição das Forças Armadas e pelo governo, que é pensar a Amazônia como uma área que demanda a afirmação contundente do componente militar, uma área de expansão do agronegócio, da mineração, que eles consideram como garantidores do Produto Interno Bruto (PIB) e das exportações do Brasil. ”

“ Os atores que foram excluídos Conselho da Amazônia não estão só sendo negados mas constantemente anunciados como adversários, como inimigos. O problema que eu vejo é o risco de se criar um discurso unívoco sobre a Amazônia, que deixa de lado toda a diversidade de conhecimentos e de demandas que advém, por exemplo, dos movimentos indígenas, dos movimentos ambientais, das organizações civis, das universidades e centros de pesquisa.

”

Os atores que foram excluídos Conselho da Amazônia não estão só sendo negados mas constantemente anunciados como adversários, como inimigos. O problema que eu vejo é o risco de se criar um discurso unívoco sobre a Amazônia, que deixa de lado toda a diversidade de conhecimentos e de demandas que advém, por exemplo, dos movimentos indígenas, dos movimentos ambientais, das organizações civis, das universidades e centros de pesquisa, e também, por exemplo, da Igreja que tem um papel importante no debate ambiental, de ONGs, de órgãos ambientais e da própria interlocução com os vizinhos, pensando Amazônia em uma dimensão sulamericana e também no debate internacional.

Penso que essa maneira de se pensar o Conselho da Amazônia e de se elaborar as políticas, tendo como principais atores as Forças Armadas e o governo federal, acaba reproduzindo uma visão reducionista e unívoca sobre o que é Amazônia e sobre problemas reais enfrentados nesta região. Essa é a minha percepção sobre esse Conselho.



NOTAS:

[1] O Gen. Eduardo Villas Boas costuma expressar em suas palestras essa ideia de que as ideologias é que produzem os problemas que elas mesmas acusam, "quanto mais ambientalismo, mais problemas ambientais". Essa acusação se coaduna com a recorrente acusação de "viés ideológico" presente no discurso bolsonarista. A falácia argumentativa dos militares e do Bolsonaro é a de assumir o próprio discurso como isento, técnico ou desprovido de interesses e atribuir aos outros, no caso aqui, aos ambientalistas, aos cientistas e aos gestores ambientais, o lugar do desvio ideológico, como representação deturpada da realidade. O que ocorre é justamente o contrário: os militares e os bolsonaristas acabam por validar seu próprio discurso sem qualquer referência a dados objetivos e inibem a produção de informações e conhecimentos que poderiam efetivamente contradizê-los.

[2] Note-se que esse apelo anticolonial contra um imperialismo ecológico difuso – que pode ser identificado na atuação de algumas grandes ONGs e nas agências de cooperação internacional – é superestimado enquanto as próprias forças armadas aderem de forma subserviente às opções estratégicas dos Estados Unidos em diversas pautas.



AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de agradecer ao Doutor Licio Caetano por aceitar o nosso convite para a entrevista, por ceder seu tempo e seu saber conosco.

Agradecemos também ao Instituto Clima e Sociedade (ICS) pelo apoio concedido para a realização do Podcast e das publicações.

Por fim, demonstramos nosso agradecimento ao Thiago Correa pela assistência prestada ao Meio Descomplicado, o Podcast da Plataforma Socioambiental.



BRICS
Policy Center
Centro de Estudos
e Pesquisas BRICS

